

## Relatório do Documento nº 12125

**DATA DE IMPRESSÃO** 17/08/2017

**NÚMERO DE REGISTO** 12125

---

**TIPO REGISTO** INTERNO

**DOCUMENTO Nº**

**DATA** 00/00/0000

**REFERÊNCIA**

**REGISTADO NO DIA** 17/08/2017

**REMETENTE** SERV: CONTRATAÇÃO PÚBLICA

**TIPO DE DOCUMENTO** INFORMAÇÃO CONTRATAÇÃO PÚBLICA

**LIVRO DE REGISTO** CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

### OBSERVAÇÕES

AGUARDA RESPOSTA

**REGISTADO POR** sandra

**ATUALIZADO POR** sandra

### ASSUNTO

Escolha e inicio de procedimento

### Anexos do documento

---

Contém 1 anexo(s) do tipo Requisição.Interna / Data: 17/08/2017

Observações: RI 722

Contém 1 anexo(s) do tipo Caderno Encargos / Data: 17/08/2017

Observações: -

Contém 1 anexo(s) do tipo Convite / Data: 17/08/2017

Observações: -

Contém 1 anexo(s) do tipo Declaração / Data: 17/08/2017

Observações: Anexo I do CCP

### Detalhes do Original / Outro(s) Destinatário(s)

---

#### 1. Original

Serv: Gabinete de Apoio à Presidência e Vereação

##### CLASSIFICAÇÃO

**PROCESSO** 2017/300.10.005/704

##### OBSERVAÇÕES

### Movimentos

---

Movimento (1) no dia 17/08/2017 15:50 para Serv: Presidente da Câmara

Movimento efetuado por sandra Func.: 7419 - Sandra Carla Rodrigues Garcia da Silva

Motivo: Aprovar o procedimento e respetivos anexos

Movimento (2) efetuado no dia 17/08/2017 17:58 para Serv: Gabinete de Apoio à Presidência e Vereação

Movimento efetuado por nmascarenhas Pres.: 8151 - Nuno José Gonçalves Mascarenhas

Despacho: Aprovado.

Autor do despacho: Nuno José Gonçalves Mascarenhas

Categoria: Presidente de Câmara

Data de despacho: 17/08/2017

## Relatório do Documento nº 12125

**DATA DE IMPRESSÃO** 17/08/2017

**NÚMERO DE REGISTO** 12125

---

### Documentos do Processo

---

Interno em 17/08/2017 n.º 12125

Remetente: Serv.: Contratação Pública

Livro de registo: Câmara Municipal de Sines

Tipo documento: Informação Contratação Pública

Documento nº:

Referência:

Data: 00/00/0000

## INFORMAÇÃO

Registo	Data da Informação	Processo	Serviço emissor
Informação n.º 12125 / 2017	17/08/2017	2017/300.10.005/704	Contratação Pública

**ASSUNTO:** PROPOSTA PARA ESCOLHA E INÍCIO DE PROCEDIMENTO – AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE TAREFAS GERAIS DE LIMPEZA, NO ÂMBITO DA ATIVIDADE DO SERVIÇO DE GESTÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Exmo. Sr. Presidente da Câmara,

**Contratação:** Aquisição de serviços para execução de tarefas gerais de limpeza, no âmbito da atividade do serviço de gestão de espaços públicos

**Código CPV:** 90600000-3 Serviços de saneamento e limpeza em áreas urbanas ou rurais e serviços conexos, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28.11.2007

**Processo n.º 2017/300.10.005/704 – Ajuste Direto Regime Geral**

### I – Objeto da Proposta e Fundamentação da necessidade de contratar

De acordo com a informação n.º 7775 de 29/05/2017, com origem no serviço de Coordenação e Controlo de Operações, a qual segue em anexo e é parte integrante deste processo, constata-se a necessidade de iniciar um procedimento de contratação que tem como objeto a aquisição de serviços para execução de tarefas gerais de limpeza, no âmbito da atividade do serviço de gestão de espaços públicos.

Para a contratação em causa é proposto um prazo de 76 (setenta e seis) dias, a contar da data da assinatura do contrato.

### II – Valor Contratual e Preço Base

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com a alínea a) do n.º 1 do art.º 47.º do CCP, estima-se que o respetivo valor contratual não deverá exceder o valor de **€ 50.400,00 (cinquenta e mil e quatrocentos euros)**, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando este

como parâmetro base do preço contratual.

### III – Enquadramento Orçamental

A despesa inerente ao contrato a celebrar será satisfeita pela dotação da classificação orçamental 02/ 020202 do Orçamento da Câmara Municipal de Sines, para o ano de 2017 (Anexo 1 – Cabimento Prévio/ Requisição Interna n.º 722/2017).

### IV - Escolha do Procedimento

Dado que o valor contratual estimado é inferior a € 75.000,00, **propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto**, previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º, ao abrigo do disposto na **alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP**.

### V – Decisão de Contratar/Autorização da Despesa

1. Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º e no art.º 38.º do CCP, a decisão de contratar, a autorização da despesa e a escolha do procedimento, cabem ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
2. Considerando o valor previsto para o contrato em causa;
3. Tendo em conta que, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP a escolha do ajuste direto permite a celebração de contratos de valor inferior a € 75.000,00;
4. **Solicita-se**, ao Sr. Presidente da Câmara, no uso de competência própria, estabelecida no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do CCP:

**a) Autorização para a contratação em causa e a adoção de um procedimento de ajuste direto**, previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º adotado em função do disposto na **alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP**;

**b) Autorização para envio de convite à apresentação de proposta** às empresas, abaixo mencionadas, nos termos do n.º 1 do art.º 113.º conjugado com o n.º 1 do art.º 114.º do CCP:

- COOPSINES - Serviço de Manutenção Industrial e Limpezas, CRL, NIF503101494;
- Resposta Assertiva, NIF 510114113;
- Temistórico - Serviços de Manutenção e Limpeza, Lda, NIF 510003567;

- Atlantikdefender-LDA, NIF 514431946.

A escolha de qualquer uma destas empresas não viola o previsto no n.º 2 e no n.º 5, ambos do art.º 113º do CCP;

**c) Aprovação das peças do procedimento:**

- Convite à apresentação de proposta (conforme **Anexo 2**) e;
  - Caderno de Encargos/Especificações Técnicas (conforme **Anexo 3**)
- nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 40.º do CCP e para os efeitos previstos no n.º 2 do mesmo artigo;

**d) Designação do Júri do procedimento**, nos termos do n.º 1 do art.º 67.º do CCP, encontrando-se o funcionamento e competências do júri reguladas nos art.º 68.º e 69.º do CCP, propõe-se a seguinte composição:

- Fernanda Moura, na qualidade de presidente;
- Miguel Falcão, na qualidade de primeiro vogal efetivo que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Helena Leal, na qualidade de segundo vogal efetivo;
- Manuela Justino, na qualidade de primeiro suplente;
- Sandra Garcia, na qualidade de segundo suplente.

Propõe-se ainda, nos termos do n.º 2 do art.º 69.º do CCP, a delegação de competência no júri para:

- a) Prestar esclarecimentos;
- b) Prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas;
- c) Assinatura de notificações obrigatórias no âmbito do procedimento, durante o período de exercício de funções do júri;
- d) Proceda à realização da audiência prévia dos concorrentes, salvo se for decidido que a mesma não se realize ou seja dispensada ao abrigo do art.º 124.º do Decreto – Lei n.º 4/2015, de 07.01 - Código do Procedimento Administrativo,

Nos termos do art.º 127.º do CCP a celebração deste contrato deverá ser publicitada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos para que possa produzir os seus efeitos, nomeadamente para processamento do respetivo pagamento.

Considerando o disposto no n.º 2 do art.º 7.º do Decreto - Lei n.º 127/2012, de 21.06, o qual regulamenta a LCPA, nenhum compromisso poderá ser assumido sem a verificação prévia da existência de fundos disponíveis para o fazer. Nesta conformidade, atento o disposto no art.º 76.º do CCP deverá ser assegurada a existência de fundos disponíveis para efeitos de adjudicação.

Nos termos do disposto no art.º 50.º da Lei n.º 42/2016 – Lei Orçamento Estado 2017 (LOE), a necessidade de contratar foi devidamente fundamentada quanto à impossibilidade da sua satisfação por via dos recursos próprios da CMS.

Dado tratar-se de um novo contrato de aquisição de serviços com diferente objeto e diferente contraparte de contrato vigente em 2016, atento o disposto no n.º 5 do art.º 49.º da LOE, deverá haver compensação para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 1 do referido artigo.

Considerando que não foi indicada a referida compensação de encargos, poderá a referida despesa, desde que devidamente fundamentada a sua necessidade, ser autorizada pelo Sr. Presidente, conforme previsto no n.º 3 do art.º 49 da LOE.

Os termos da adjudicação serão reduzidos a escrito em data conveniente para as duas partes, no prazo máximo de 5 dias úteis após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.

É quanto cumpre informar, à consideração superior,

O/A Assistente Técnico

Sandra Carla Rodrigues Garcia da Silva (7419)

## **ANEXOS:**

Anexo 1 – Cabimento Prévio – Requisição Interna

Anexo 2 – Convite à apresentação de proposta

Anexo 3 – Caderno de Encargos e respetivos anexos

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.